9 cópias C. 380

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
Série 5.ª – Letras e Lingüística
volume 8

Direção:
Prof. ISAAC NICOLAU SALUM
(da Universidade de São Paulo)

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

Benveniste, Émile, 1902-1976
B413p Problemas de lingüística geral; tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
(Biblioteca universitária. Série 5a. Letras e lingüística, v. 8).

1. Lingüística I. Título. II. Série.

76-1049 CDD-410

Índice para catálogo sistemático:
1. Lingüística 410

ÉMILE BENVENISTE

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL

tradução de
MARIA DA GLÓRIA NOVAK
e
LUIZA NERI

revisão do
Prof. ISAAC NICOLAU SALUM

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

sempre mais estrita dos signos lingüísticos que progrediremos em direção a uma classificação racional. A distância que precisamos percorrer tem menos importância que a direção para a qual devemos orientar-nos.

CAPÍTULO 10

os níveis da análise lingüística[85]

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. A grande mudança sobrevinda em lingüística está precisamente nisto: reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo. Devemos, pois, diante da extrema complexidade da linguagem, visar a propor uma ordem ao mesmo tempo nos fenômenos estudados, de maneira a classificá-los segundo um princípio racional, e nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios.

A noção de *nível* parece-nos essencial na determinação do procedimento de análise. Só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo. O domínio no qual a estudaremos é o da língua como sistema orgânico de signos lingüísticos.

85. *Proceedings of the 9th International Congress of linguists*, Cambridge, Mass., 1962, Mouton & Co., 1964.

O procedimento inteiro da análise tende a delimitar os *elementos* através das relações que os unem. Essa análise consiste em duas operações que se comandam uma à outra e das quais todas as outras dependem: 1.ª a segmentação; 2.ª a substituição.

Seja qual for a extensão do texto considerado, é preciso, em primeiro lugar, segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis. Paralelamente, identificam-se esses elementos por meio das substituições que admitem. Chega-se, por exemplo, a segmentar fr. *raison*, "razão", em [r] – [ɛ] – [z] – [õ], em que se podem operar as seguintes substituições: [s] em vez de [r] (saison, "estação"); [a] em vez de [ɛ] (rasons, "raspemos"); [y] em vez de [z] (rayon, "raio"); [ɛ̃] em vez de [õ] (raisin, "uva"). Essas substituições podem ser arroladas: a classe dos substitutos possíveis de [r] em [rɛzõ] compreende [b], [s], [m], [t], [v]. Se aplicamos a cada um dos três outros elementos de [rɛzõ] o mesmo procedimento, erigimos um repertório de todas as substituições admissíveis, cada uma delas destacando por sua vez um segmento identificável em outros signos. Progressivamente, de um signo a outro, destaca-se a totalidade dos elementos e para cada um deles a totalidade das substituições possíveis. É esse, em resumo, o método de distribuição: consiste em definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática).

Observemos imediatamente uma diferença entre as duas operações, no campo da sua aplicação. Segmentação e substituição não têm o mesmo alcance. Os elementos identificam-se em função de outros segmentos com os quais estão em relação de capacidade de substituição. A substituição, porém, pode operar também sobre elementos não segmentáveis. Se os elementos segmentáveis mínimos se identificam como *fonemas*, a análise pode ir além e isolar no interior do fonema *traços distintivos*. Esses traços distintivos do fonema, porém, já não são segmentáveis, embora identificáveis e substituíveis. Em [d'] reconhecem-se quatro traços distintivos: oclusão, dentalidade, sonoridade, aspiração. Nenhum deles pode realizar-se por si mesmo fora da articulação fonética em que se apresenta. Não podemos, também, determinar-lhes uma ordem sintagmática; a oclusão é inseparável da dentalidade, e o sopro da sonoridade. Cada um deles admite, apesar disso, uma substituição. A oclusão pode ser substituída por uma fricção; a dentalidade pela labialidade; a aspiração pela glotalidade, etc. Chegamos assim a distinguir duas classes de elementos mínimos: os que são ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis, os fonemas; e os que são apenas substituíveis, os traços distintivos dos fonemas. Pelo fato de não serem segmentáveis, os traços distintivos não podem constituir classes sintagmáticas; mas pelo fato de serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas. A análise pode, assim, reconhecer e distinguir um nível fonemático, em que se praticam as duas operações de segmentação e de substituição, e um nível hipofonemático, o dos traços distintivos, não segmentáveis, que dependem apenas da substituição. Aí se detém a análise lingüística. Mais além, os dados fornecidos pelas recentes técnicas instrumentais pertencem à fisiologia ou à acústica – são infralingüísticos.

Atingimos assim, pelos processos descritos, os dois níveis inferiores da análise, o das entidades segmentáveis mínimas, os fonemas, o nível *fonemático*, e o dos traços distintivos, que propomos chamarem-se merismas (gr. *mérisma, -atos*, "delimitação, parte, pedaço"), o nível *merismático*.

Definimos empiricamente a sua relação segundo a sua posição mútua, como a de dois níveis sucessivamente atingidos, produzindo a combinação dos merismas o fonema ou decompondo-se o fonema em merismas. Qual é, porém, a condição *lingüística* dessa relação? Encontrá-la-emos se levarmos mais longe a análise e, uma vez que não podemos mais descer, visando o nível superior. Precisamos então operar sobre porções mais longas de textos e procurar o modo de realizar as operações de segmentação e de substituição quando não mais se trate de obter as menores unidades possíveis, mas unidades mais extensas.

Suponhamos que numa cadeia ingl. [li:viŋθiŋz] "leaving things (as they are)", tenhamos identificado em diferentes posições as três unidades fonemáticas [i], [θ], [ŋ]. Tentamos ver se essas unidades nos permitem delimitar uma unidade superior

que as conteria. Procedendo por exaustão lógica, encaramos as seis combinações possíveis dessas três unidades: [iθŋ], [iŋθ], [θiŋ], [θŋi], [ŋiθ], [ŋθi]. Vemos então que duas dessas combinações estão efetivamente presentes na cadeia, mas realizadas de tal maneira que têm dois fonemas em comum, e que devemos escolher uma e excluir a outra: em [li:viŋθiŋz] será ou bem [ŋθi], ou bem [θiŋ]. A resposta não deixa dúvida: rejeitaremos [ŋθi] e elegeremos [θiŋ] na ordem de nova unidade /θiŋ/. De onde vem a autoridade dessa decisão? Da condição lingüística do *sentido* ao qual deve satisfazer a delimitação da nova unidade de nível superior: [θiŋ] tem um sentido, [ŋθi] não tem. A isso se acrescenta o critério distribucional que obtemos num ponto ou noutro da análise na presente fase, quando recai sobre um número suficiente de textos extensos: [ŋ] não se admite em posição inicial e a seqüência [ŋθ] é impossível, enquanto [ŋ] faz parte da classe dos fonemas finais e [θi] e [iŋ] se admitem igualmente.

O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como discriminador de signos lingüísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas. A língua não poderia funcionar de outra maneira. Todas as operações que se devem praticar no seio dessa cadeia supõem a mesma condição. A porção [ŋθi] não é admissível em nenhum nível; não pode nem ser substituída por nenhuma outra nem substituir nenhuma outra, nem ser reconhecida como forma livre, nem ser posta em relação sintagmática complementar às outras porções do enunciado; e o que acabamos de dizer sobre [ŋθi] vale também para uma porção cortada no que o precede, por exemplo, [i:vi] ou o que o segue [ŋz]. Não são possíveis nem segmentação nem substituição. Ao contrário, a análise guiada pelo sentido destacará duas unidades em [θiŋz], uma, signo livre /θiŋ/, a outra [z] que se reconhecerá ulteriormente como variante do signo conjunto /-s/. Em vez de ziguezaguear com o "sentido" e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é pre-

ferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise lingüística.

É necessário somente ver como o sentido intervém nas nossas operações e de que nível de análise ele depende.

Sobressai dessas análises sumárias que segmentação e substituição não podem aplicar-se a quaisquer porções da cadeia falada. Na verdade, nada nos permitiria definir a distribuição de um fonema, as suas latitudes combinatórias da ordem sintagmática e paradigmática, portanto a própria realidade de um fonema, se não nos referíssemos sempre a uma *unidade particular* do nível superior que o contém. Essa é uma condição essencial, cujo alcance indicaremos adiante. Vemos então que esse nível não é algo de exterior à análise; está *na* análise; o nível é um operador. Se o fonema se define, é como constituinte de uma unidade mais alta, o morfema. A função discriminadora do fonema tem por fundamento a sua inclusão numa unidade particular, que, pelo fato de incluir o fonema, depende de um nível superior.

Sublinhemos, pois, o seguinte: uma unidade lingüística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta. A técnica da análise distribucional não põe em evidência esse tipo de relação entre níveis diferentes.



Do fonema passa-se assim ao nível do *signo*, identificando-se este, segundo o caso, a uma forma livre ou a uma forma conjunta (morfema). Para a comodidade da nossa análise, podemos negligenciar essa diferença e classificar os signos como uma só espécie, que coincidirá praticamente com a *palavra*. Permitam-nos, sempre para a comodidade, conservar esse termo desacreditado – e insubstituível.

A palavra tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior. Essas duas propriedades devem ser um tanto precisadas.

Ao dizer que a palavra se decompõe em unidades fonemáticas, devemos sublinhar que essa decomposição se efetua mesmo quando a palavra é monofonemática. Por exemplo, acontece que em francês todos os fonemas vocálicos coincidem materialmente

com um signo autônomo da língua. Melhor dizendo: certos significantes do francês se realizam num fonema único que é uma vogal. A análise desses significantes não possibilitará menos a decomposição: é a operação necessária para chegar a uma unidade de nível inferior. Assim, fr. *a* ou *à* – "tem"; preposição "a" – analisa-se em /a/; fr. *est* ["é"] analisa-se em /e/; – fr. *ait*, "tenha", em /ɛ/; fr. *y* – "aí", etc.; "a ele, nele", etc. – e *hie*, "marreta", em /i/; fr. *eau*, "água", em /o/; fr. *eu*, "teve", em /y/; fr. *où*, "onde", em /u/; fr. *eux*, "eles", em /ø/. O mesmo ocorre em russo, em que há unidades que têm um significante monofonemático, que pode ser vocálico ou consonântico; as conjunções *a*, *i*; as preposições *o*; *u* e *k*; *s*; *v*.

As relações são menos fáceis de definir na situação inversa, entre a palavra e a unidade de nível superior. De fato, essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. A palavra pode assim definir-se como a menor unidade significante livre susceptível de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas. Na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui enunciados empíricos. As relações paradigmáticas têm menos importância quando se trata de uma palavra em função da frase. É diferente quando se estuda a palavra como lexema, no estado isolado. Devemos então incluir numa unidade todas as formas flexionais, etc.

Sempre para precisar a natureza das relações entre a palavra e a frase, será necessário estabelecer uma distinção entre palavras *autônomas*, que funcionam como constituintes de frases (são a grande maioria) e palavras *sin-nomas* que só podem entrar em frases acrescentadas a outras palavras; assim, fr. *le* (*la*...) ["o" ("a"...)], *ce* (*cette*...) ["esse" (essa"...)]; *mon* (*ton*...) ["meu" ("teu"...)] ou *de*, *à*, *dans* ["de, a, dentro"] e *chez* "[na] casa [de]"; mas não todas as preposições: cf. fr. pop. *c'est fait pour*, "para"; *je travaille avec*, "com"; *je pars sans*, "sem". Essa distinção entre "palavras autônomas" e "palavras sin-nomas" não coincide com a que se faz desde Marty entre "auto-semânticas" e "sinsemânticas". Nas "sinsemânticas" encontram-se alinhados, por exemplo, os verbos auxiliares, que são para nós "autônomos", já por serem verbos e sobretudo por entrarem diretamente na constituição das frases.

Com as palavras, depois com grupos de palavras, formamos *frases*. É a comprovação empírica do nível ulterior, atingido numa progressão que parece linear. Na verdade, uma situação totalmente diferente apresentar-se-á aqui.

Para compreender melhor a natureza da mudança que ocorre quando passamos da palavra à frase, é preciso ver como se articulam as unidades segundo os seus níveis e explicitar várias conseqüências importantes das relações que elas mantêm. A transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e despercebidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades lingüísticas admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre elementos de nível diferente, são *integrativas*. Só estas últimas precisam ser comentadas.

Quando se decompõe uma unidade, obtêm-se não unidades de nível inferior, mas segmentos formais da unidade em questão. Se se reduz o fr. /ɔm/ *homme*, "homem", a [ɔ] – [m], têm-se apenas dois segmentos. Nada nos garante, ainda, que [ɔ] e [m] sejam unidades fonemáticas. Para ter certeza, será preciso recorrer a /ɔt/ *hotte*, "cesto", /ɔs/ *os*, "osso", de um lado, e a /om/ *heaume*, "elmo", /ym/ *hume*, "chupa". Eis aí duas operações complementares de sentido oposto. Um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como "parte integrante" da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante*. Assim /s/ tem o *status* de um fonema porque funciona

como integrante de /-al/ em *salle*, "sala", de /-o/ em *seau*, "balde", de /-vil/ em *civil*, etc. Em virtude da mesma relação transposta para o nível superior, /sal/ é um signo porque funciona como integrante de: – *à manger*, "sala de jantar"; – *de bains*, "banheiro"; /so/ é um signo porque funciona como integrante de: – *à charbon*, "balde para carvão"; *un – d'eau*, "um balde d'água"; e /sivil/ é um signo porque funciona como integrante de: – *ou militaire*, "civil ou militar"; *état* –, "estado civil"; *guerre* –, "guerra civil". O modelo da "relação integrante" é o da "função proposicional" de Russell[96].

Qual é, no sistema dos signos da língua, o alcance dessa distinção entre constituinte e integrante? Funciona entre dois limites. O limite superior é traçado pela frase, que comporta constituintes mas que, como adiante se mostra, não pode integrar nenhuma unidade mais alta. O limite inferior é o do "merisma" que, traço distintivo do fonema, não comporta ele próprio nenhum constituinte de natureza lingüística. A frase só se define, portanto, pelos seus constituintes; o merisma só se define como integrante. Entre os dois, destaca-se claramente um nível intermediário, o dos signos, autônomos ou sin-nomos, palavras ou morfemas, que ao mesmo tempo contêm constituintes e funcionam como integrantes. Tal é a natureza dessas relações.

Qual é finalmente a função que se pode determinar para essa distinção entre constituinte e integrante? É uma função de importância fundamental. Pensamos encontrar aqui o princípio racional que governa, nas unidades dos diferentes níveis, a relação entre FORMA e SENTIDO.

Eis que surge o problema que persegue toda a lingüística moderna, a relação *forma* : *sentido*, que muitos lingüistas quereriam reduzir à noção única da forma, sem porém conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido. O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam.

Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos *constituinte* e *integrante*.

Quando reduzimos uma unidade aos seus constituintes, reduzimo-la aos seus elementos *formais*. Como acima dissemos, a análise de uma unidade não leva automaticamente a outras unidades. Mesmo na unidade mais alta, a frase, a dissociação em constituintes só evidencia uma estrutura formal, como acontece cada vez que um todo é fracionado em partes. Pode-se encontrar algo de análogo na escrita, que nos ajuda a formar essa representação. Com relação à unidade da palavra escrita, as letras que a compõem, tomadas uma a uma, são apenas segmentos materiais, que não retêm nenhuma porção da unidade. Se compomos SÁBADO pela reunião de seis cubos que têm cada um uma letra, o cubo S, o cubo A, etc. não são portadores nem da sexta parte nem de qualquer fração da *palavra* como tal. Assim, operando uma análise de unidades lingüísticas, isolamos constituintes somente formais.

Que é preciso para que nesses constituintes formais reconheçamos, se for o caso, unidades de um nível definido? É necessário praticar a operação em sentido inverso e ver se esses constituintes têm função integrante no nível superior. Tudo se resume nisso: a dissociação leva-nos à constituição formal; a integração leva-nos às unidades significantes. O fonema, discriminador, é o integrante, com outros fonemas, de unidades significantes que o contêm. Esses signos, por sua vez, incluir-se-ão como integrantes em unidades mais altas que são enformadas de significação. As operações da análise vão, em direções opostas, ao encontro ou da forma ou do sentido das mesmas entidades lingüísticas.

Podemos, assim, formular as seguintes definições:

A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.

86. B. Russell, *Introduction à la philosophie mathématique*, trad. fr., p. 188: "Uma *função proposicional* é uma expressão que contém um ou vários constituintes indeterminados, de tal modo que, logo que lhes são atribuídos valores, a expressão se torna numa proposição ... *x é humano* é uma função proposicional, enquanto *x* permanece indeterminado, não é nem verdadeira nem falsa; mas, logo que se atribui um sentido a *x*, ela se torna numa proposição verdadeira ou falsa".

O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior.

Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua[87]. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis lingüísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem.

A noção de sentido, porém, tem ainda outro aspecto. Talvez seja por não os havermos distinguido que o problema do sentido tomou uma opacidade tão espessa.

Na língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, de que é significante. O que equivale a identificá-la pela sua capacidade de exercer uma "função proposicional". Essa é a condição necessária e suficiente para que reconheçamos essa unidade como significante. Numa análise mais exigente, teríamos de enumerar as "funções" que essa unidade está apta a exercer, e – em suma – deveríamos citá-las todas. Semelhante inventário seria bastante limitado para *méson*, ou *crisópraso*, imenso para *coisa* ou *um*; pouco importa; obedeceria sempre ao mesmo princípio de identificação pela capacidade de integração. Em todos os casos estaríamos em posição de dizer se determinado segmento da língua "tem um sentido" ou não.

Um problema totalmente diferente consistiria em perguntar: *qual* é esse sentido? Aqui "sentido" se toma numa acepção completamente diferente.

Quando se diz que determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que

87. Ferdinand de Saussure parece haver concebido também o "sentido" como um componente interno da forma lingüística, embora não se exprima a não ser por meio de uma comparação destinada a refutar outra comparação: "Freqüentemente se comparou essa unidade de duas faces [a associação do significante e do significado] com a unidade de pessoa humana, composta de corpo e alma. A aproximação é pouco satisfatória. Poderíamos pensar com mais justeza num composto químico, a água por exemplo; é uma combinação de hidrogênio e oxigênio; tomado à parte, cada um desses elementos não tem nenhuma das propriedades da água" (*Cours* 2, p. 145).

esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos, de quem essa língua é *a* língua. Esse "sentido" é implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com "objetos" gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção lingüística. Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua. Ora, dizer *qual* é o *referendum*, descrevê-lo, caracterizá-lo especificamente é uma tarefa distinta, freqüentemente difícil, que não tem nada de comum com o manejo correto da língua. Não podemos estender-nos aqui sobre todas as conseqüências que essa distinção traz. Basta havê-la apresentado para delimitar a noção do "sentido", na medida em que ele difere da "designação". Um e outra são necessários. E os encontramos, distintos mas associados, ao nível da *frase*.

Esse é o último nível que a nossa análise atinge, o da *frase*, de que dissemos acima que não representava simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado. Com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio.

O que é novo aqui, em primeiro lugar, é o critério que determina esse tipo de enunciado. Podemos segmentar a frase, não podemos empregá-la para integrar. Não há função proposicional que uma proposição possa executar. Uma frase não pode, pois, servir de integrante a outro tipo de unidade. Isso se prende antes de tudo ao caráter distintivo entre todos, inerente à frase, de ser um *predicado*. Todos os outros caracteres que se podem reconhecer-lhe são secundários com relação a esse. O número de signos que entram numa frase é indiferente: sabemos que um único signo basta para constituir um predicado. Igualmente a presença de um "sujeito" junto de um predicado não é indispensável: o termo predicativo da proposição basta-se a si mesmo uma vez que é em realidade o determinante do "sujeito". A "sin-

taxe" da proposição não é mais que o código gramatical que lhe organiza a disposição. As entonações na sua variedade não têm valor universal e continuam a ser de apreciação subjetiva. Só o caráter predicativo da proposição pode, assim, valer como critério. Situaremos a proposição ao nível *categoremático*[88].

Que encontramos, porém, nesse nível? Até aqui a denominação do nível relacionava-se com a unidade lingüística relevante. O nível fonemático é o do fonema; há realmente fonemas concretos, que podem ser isolados, combinados, enumerados. E os categoremas? Existem categoremas? O predicado é uma propriedade fundamental da frase, não é uma unidade de frase. Não há muitas modalidades de predicação. E nada se mudaria nessa comprovação se se substituísse "categorema" por "frasema"[89]. A frase não é uma classe formal que teria por unidades "frasemas" delimitados e *oponíveis entre eles*. Os tipos de frases que se poderiam distinguir reduzem-se todos a um único, a proposição predicativa, e não existe frase fora da predicação. É preciso, portanto, reconhecer que o nível categoremático comporta somente uma forma específica de enunciado lingüístico, a proposição; esta não constitui uma classe de unidades distintivas. É por isso que a proposição não pode entrar como parte numa totalidade de ordem mais elevada. Uma proposição pode apenas preceder ou seguir outra proposição, numa relação de seqüência. Um grupo de proposições não constitui uma unidade de uma ordem superior à proposição. Não há nível lingüístico além do nível categoremático.

Pelo fato de não constituir uma classe de unidades distintivas, que seriam membros virtuais de unidades superiores, como o são os fonemas ou os morfemas, a frase distingue-se naturalmente das outras entidades lingüísticas. O fundamento dessa diferença consiste em que a frase contém signos, mas é ela mesma um signo. Uma vez reconhecido isso, evidencia-se claramente o contraste entre os conjuntos de signos que encontramos nos níveis inferiores e as entidades do nível presente.

88. Gr. *katēgórēma* = lat. *praedicatum*.
89. Uma vez que se criou *lexema* sobre o gr. *léxis*, nada impediria de criar *frasema* sobre o gr. *phrásis*, "frase".

Os fonemas, os morfemas, as palavras (lexemas) podem contar-se; existem em número finito. As frases, não.

Os fonemas, os morfemas, as palavras (lexemas) têm uma distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior. As frases não têm nem distribuição nem emprego.

Um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase não poderia nem mesmo começar.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas lingüísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva.

A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos a confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apóiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor.

A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível — o que ela não é, como vimos. É, porém, uma unidade completa, que traz ao

mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o "sentido" mas permanecendo desconhecida a "referência".

Vemos nessa dupla propriedade da frase a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações. O que se torna mais ou menos sensível para ele é a diversidade infinita dos conteúdos transmitidos, em contraste com o pequeno número de elementos empregados. Daí, destacará ele inconscientemente, à medida que o sistema se lhe tornar familiar, uma noção totalmente empírica do signo, que assim se poderia definir no seio da frase: o signo é a unidade mínima da frase susceptível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico.

O locutor pode não ir mais longe; tomou consciência do signo sob a espécie da "palavra". Fez um início de análise lingüística a partir da frase e no exercício do discurso. Quando o lingüista, por sua vez, tenta reconhecer os níveis da análise, é levado por uma operação inversa – partindo das unidades elementares – a fixar na frase o nível último. É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in* lingua *quod non prius fuerit in* oratione.

CAPÍTULO 11

o sistema sublógico das preposições em latim(90)

No seu importante trabalho sobre *A categoria dos casos* (I, p. 127 ss.), Louis Hjelmslev apresentou as grandes linhas do "sistema sublógico" que subentende a distinção dos casos em geral e que permite construir o conjunto das relações casuais de um estado idiossincrônico. Esse sistema sublógico comporta três dimensões, cada uma das quais suscetível de várias modalidades: 1.ª direção (aproximação-afastamento); 2.ª coerência-incoerência; 3.ª subjetividade-objetividade. Na sua análise, Hjelmslev, embora preocupado unicamente com os casos, não pôde deixar de considerar ao mesmo tempo, ao menos de maneira lateral, as preposições; e com razão, tão estreita é a relação funcional entre as duas categorias. É preciso insistir sobre este ponto: cada preposição de um determinado idioma esboça, nos seus diversos empregos, uma certa figura na qual se coordenam o seu sentido e as suas funções e que precisamos reconstituir se queremos dar uma definição coerente do conjunto das suas particularidades semânticas e gramaticais. Essa figura é comandada pelo mesmo sistema sublógico que governa as funções casuais. É evidente que uma descrição guiada por esse princípio deve abarcar, para conseguir a sua força demonstrativa, a totalidade das preposições e a totalidade das relações casuais de um estado de língua. Pode-se, apesar disso, esboçá-la sobre alguns

90. Extrato dos "Travaux du Cercle linguistique de Copenhague", vol. V, *Recherches structurales*, 1949.